

ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 10/2024 – CASAL.
ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM,
DE UM LADO A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS –
CASAL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DE
ALAGOAS - CONISA.

PREÂMBULO – DAS PARTES E DO FUNDAMENTO:

I) COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade De Economia Mista Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, sediada a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, doravante denominada simplesmente CASAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.584.024-65 e por seu Vice-Presidente de Engenharia, **MARCOS FRED ALMEIDA DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº 091.187.504-27, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II) CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DE ALAGOAS - CONISA, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Sebastião Pereira Bastos, 708, Monumento, Santana do Ipanema/AL, CEP: 57.500-000, e-mail: conisa.alagoas@gmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.080.287/0001-19, representada por **RAMON CAMILO SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 066.422.104-17, residente e domiciliado em Maceió/AL.

III) FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: O presente acordo foi devidamente autorizado pelo Senhor Diretor Presidente e pelo Vice-Presidente de Engenharia da CASAL, conforme consta no Processo Administrativo SEI nº E:19620.0000014465/2023, na forma da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL, RILC/CASAL, obrigando as partes de acordo com as cláusulas e condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Constitui objeto deste acordo a elaboração do projeto de abastecimento, por parte da CASAL, bem como a execução/implantação da obra nos Povoados Candunda (Senador Rui Palmeira) e Várzea Dona Joana (Poço das Trincheiras), por parte do CONSÓRCIO, sendo esses municípios membros do Consórcio partícipe, levando em consideração o benefício mútuo que este Termo tem a trazer para ambas as partes e à sociedade após sua conclusão, considerando o caso concreto, e observada a legalidade dos partícipes devidamente preenchida.

1.1. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente Acordo de Cooperação Mútua, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

a) Processo Administrativo SEI nº E:19620.0000014465/2023, e seus anexos, e em caso de eventual contradição deverá ser consultada a Administração Pública para se manifestar.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste Acordo terão a seguinte classificação orçamentária:

Tipo de Orçamento SUENG;

Classe Gerencial Sintética 21030101 – SERVIÇOS DE TERCEIROS;

Classe Gerencial Analítica 21030101004 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PESSOA JURÍDICA

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES: Por força deste instrumento, caberá aos partícipes, nas esferas de competência de cada um, o cumprimento das seguintes obrigações:

3.1. Caberá ao Consórcio:

a) Executar as obras;

b) Fiscalizar a atividade;

c) Promover medidas administrativas, visando assegurar a correta execução dos serviços;

d) Demonstrar o cumprimento dos serviços, juntamente com o Fiscal da CASAL;

e) Obedecer às normas e padrões de engenharia adotados pela CASAL.

3.2. Caberá a CASAL:

a) Elaboração de projetos;

b) Acompanhamento das obras pelo fiscal;

c) Atestar o cumprimento dos serviços, juntamente com o Gestor do Consórcio;

3.3. O exercício das funções para a execução deste Acordo de Cooperação, será de responsabilidade de cada partícipe, sendo que os servidores nele utilizados, devem estar vinculados e subordinados a cada órgão respectivamente.

3.4. Cada partícipe responderá por todos os atos de seu(s) servidor(es) praticados em decorrência da execução deste Acordo de Cooperação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do presente Acordo será exercida pelo empregado EDUARDO PAIVA ALVES DE LIMA, matrícula nº 3298, Engenheiro Civil, e-mail: eduardo.paiva@casal.al.gov.br, inscrito no CPF sob o nº 010.474.274-78 e o empregado LUCAS DA SILVA TEIXEIRA, matrícula nº 3159, Técnico Industrial, e-mail: lucas.teixeira@casal.al.gov.br, inscrito no CPF sob o nº 084.617.934-20, doravante denominado FISCAIS.

4.1. O Fiscal ficará responsável pela observância ao disposto nas Cláusulas do presente instrumento, zelando pelo seu cumprimento;

4.2. Fica estabelecido que na ausência do empregado acima nominado por qualquer motivo, a fiscalização do presente Acordo será feita por empregado nomeado através de Ordem de Serviço;

4.3. O Consórcio deverá nomear um Gestor do Acordo, para acompanhamento de eventual encontro de contas, comunicando a CASAL por meio oficial.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: Este Acordo terá vigência a partir da data da sua assinatura, com prazo de 05 (cinco) anos, não cabendo prorrogação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES: Sempre que necessário, excetuando-se o seu objeto, as cláusulas deste Acordo de Cooperação poderão ser modificadas mediante termo aditivo a ser pactuado entre os partícipes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO: A CASAL providenciará a publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil ao mês seguinte a assinatura do Acordo, em atenção ao preconizado na Lei nº 13.303/2016.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e com base no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios/RILC da CASAL, nas normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante deste Contrato independentemente de suas transcrições.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO: O presente Acordo de Cooperação Mútua ficará rescindido de pleno direito se quaisquer das partes descumprirem as cláusulas ou condição estabelecidas.

9.1. O presente instrumento poderá ainda ser rescindido por quaisquer das partes, mediante prévio aviso, por escrito, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: Quaisquer questões decorrentes deste instrumento serão dirimidas no Foro da Cidade de Maceió - AL, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Acordo em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achadas conforme para a produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

Maceió/AL,

TESTEMUNHAS:

LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO
Diretor Presidente/CASAL

MARCOS FRED ALMEIDA DE ALBUQUERQUE
Vice-Presidente de Engenharia/CASAL

RAMON CAMILO SILVA
Presidente/CONISA